

Apêndices

■ Esboço de uma análise da conjuntura econômica, social, ambiental e psicossocial no Brasil recente¹

Eduardo Mourão Vasconcelos

Introdução

Este pequeno ensaio visa esboçar, de forma bastante esquemática, uma avaliação integrada das principais tendências da conjuntura econômica e sociodemográfica brasileira recente, fazendo as devidas referências a seus determinantes no contexto mundial, para então poder avaliar com mais detalhes as principais mudanças e tendências que

1. Este texto foi finalizado em maio de 2012 e constitui a maior parte de um trabalho publicado no mesmo ano na revista *O Social em Questão*, do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ano 15, n. 28, 2, de 2012, republicado aqui com autorização prévia dos editores, e disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=81&sid=18>>. Acesso em: jun. 2016. Trata-se de uma análise de conjuntura mais estrutural baseada em um trabalho regular de leitura e sistematização, escrita em estilo acadêmico, mas sem o rigor de sustentar cada uma das afirmações com suas fontes específicas. Foram citadas apenas fontes genéricas para o conjunto de cada seção. Sua releitura em 2016 permite notar claramente como a análise de conjuntura sempre constitui um texto datado, pois vários dos processos analisados tiveram novos desdobramentos desde então e novas análises mais acuradas e atualizadas foram publicadas. Por outro lado, várias das tendências mais estruturais assinaladas ainda se mantêm e, de certa forma, o texto já previa a deterioração do quadro econômico, político e social nos anos seguintes no país. O texto também ilustra bem várias questões temáticas e sugestões metodológicas indicadas ao longo deste ensaio sobre a análise de conjuntura. Por exemplo, ele já inclui no rol de parâmetros relevantes de análise as tendências demográficas e psicossociais no conjunto de uma análise predominantemente marxista. Assim, considero que o texto ainda é relevante como exemplificação das múltiplas questões temáticas e metodológicas levantadas neste ensaio, e por isso está sendo incluído neste ensaio.

hoje ocorrem no campo sociocultural e psicossocial do país, bem como de suas implicações para o campo das políticas sociais, particularmente de saúde e saúde mental.

O texto se baseia em um trabalho de acompanhamento regular de indicadores econômicos, sociais, culturais e psicossociais brasileiros relevantes para a análise de conjuntura do campo da saúde mental, que vem sendo realizado pelo autor nos últimos vinte anos. As fontes são muito variadas, incluindo livros, relatórios de censos e institutos de pesquisa, teses e dissertações, artigos em periódicos, jornais diários etc. O trabalho apresenta um estilo livre, sem preocupação de indicar de forma sistemática e detalhada as devidas referências bibliográficas para cada afirmação sobre os processos políticos, econômicos, sociodemográficos e psicossociais identificados, fazendo-o apenas para o conjunto de cada subseção temática. Essa estratégia foi adotada porque o esforço principal se dá em uma outra direção: a de buscar investir maciçamente na interpretação qualitativa e integrada das principais tendências e transformações em curso em um quadro compreensivo, de caráter totalizante, que permita não só comparações qualitativas com outros países e regiões do planeta, como também sugerir pistas de prioridades para a formação e ação política dos vários atores e movimentos sociais dos campos em foco.

O quadro teórico de referência deste tipo de análise de conjuntura é hegemonicamente inspirado na tradição marxista, mas o leitor poderá perceber uma interação interdisciplinar e interteórica (Vasconcelos, 2002) com outras teorias sociais e particularmente com outras abordagens da psicologia social e da psicanálise.

É preciso advertir o leitor de que a análise que se esboça neste ensaio de interpretação não é em nenhum sentido otimista. O contexto de políticas mundiais de reajuste neoliberais, de crise econômica e fiscal, em um cenário com sinais cada vez mais claros de aquecimento global e de caos

nas condições de sustentabilidade ambiental planetária, com resultados catastróficos previstos já para este século, vão desenhando uma conjuntura bastante sombria, na qual os grupos sociais e países mais afetados serão necessariamente os mais pobres e/ou espoliados.

Assim, este texto tem como objetivo central esboçar uma séria advertência a todos os atores políticos e sociais com alguma responsabilidade na gestão de nossas sociedades e da comunidade internacional nas próximas décadas, com especial atenção ao caso brasileiro. Além disso, o foco mais alongado nas questões socioculturais e particularmente psicossociais busca alertar nossos companheiros profissionais, gestores de políticas e ativistas destes campos, no sentido de estarem atentos às profundas consequências e novas demandas que as transformações econômicas, sociais e ambientais estão fazendo emergir em nossas áreas de atuação. E, nesse contexto, a problemática gerada pela difusão do consumo abusivo do *crack* ganha especial relevo.

1. *Capitalismo, políticas neoliberais recentes, mudanças demográficas e metamorfoses da questão social*

1.1. Características principais do capitalismo neoliberal²

A compreensão crítica do quadro social atual que emergiu no final da década de 1970 no capitalismo mundial e das metamorfoses da questão social e do mundo do trabalho

2. Para os interessados nas fontes principais desta seção, ver os trabalhos de Sader e Gentili, 2003; Harvey, 2004, 2008; Chesnais, 1996, 1998; Hardt e Negri, 2001; Al Gore, 2006; Barbier e Farrachi, 2007; Servan Schreiber, 2011; Antunes, 1999, 2000, 2006.

operadas a partir daquela conjuntura, configuram o que foi chamado de fase neoliberal do capitalismo, e que inclui:

- a) Um deslocamento da importância econômica e política do processo diretamente produtivo para capital financeiro, de natureza especulativo e volátil, incluindo nesta ciranda capitais de origem duvidosa, provenientes de corrupção e narcotráfico, devidamente “lavados” em paraísos fiscais.
- b) Um processo mais acentuado de desregulamentação, mundialização e aceleração no tempo dos fluxos capitalistas, tanto da movimentação financeira quanto de empresas, mercadorias, partes do processo produtivo e dos serviços das empresas, tecnologias e informação. Transfere-se assim as decisões para um “mercado impessoal”, sem rosto, que agora flutua para além da gestão governamental de cada país, mas que tem seus centros decisórios nos grandes conglomerados financeiros integrados dos países centrais. Nessa direção é que se pode entender a última crise financeira recente, que emergiu inicialmente em 2008 nos Estados Unidos, mas que se espalhou para todo o mundo.
- c) As opções produtivas, tecnológicas e o padrão de consumo difundidos por estes centros decisórios nos últimos dois séculos, mas de forma mais aguda nas três últimas décadas, implicaram uma depredação geral do meio ambiente, uso abusivo de recursos naturais e de fontes energéticas fósseis e não renováveis (como o carvão e petróleo). Entre seus efeitos, este padrão de crescimento libera em uma velocidade impressionante o carbono retido por milhões de anos no planeta, gerando o aquecimento global, com repercussões dramáticas, tais como:

- degelo dos polos e elevação do nível dos oceanos;
- perda de terras baixas na orla marinha;
- completo caos nos ecossistemas marinhos e morte generalizada de espécies;
- degelo nas montanhas, com diminuição das fontes de abastecimento dos rios, escassez crescente de água potável e desertificação em grandes áreas do planeta, em médio prazo;
- aumento da frequência, da extensão geográfica e do nível de violência de tempestades, furacões, enchentes, secas e outros fenômenos climáticos extremos, com um número cada vez mais amplos de grupos sociais atingidos etc.

Nos novos centros de acumulação capitalista (China, Índia, Rússia e Brasil), ainda não se desenha um novo padrão de desenvolvimento marcado pela sustentabilidade. A China, por exemplo, embora em um patamar comparativo bastante inferior ao dos Estados Unidos, cresce gerando um enorme passivo ambiental no campo energético, já que a maior proporção de suas fontes regulares ainda é o carvão, e os automóveis fazem parte integral dos novos padrões de consumo. Nesse contexto, que também inclui uma crise profunda dos dois polos de acumulação até o momento, Estados Unidos e Comunidade Europeia, as perspectivas de um acordo mundial em torno de políticas mais sustentáveis são sombrias, como atestam os analistas que acompanham as negociações a serem concluídas em breve na Conferência Rio+20, que vai acontecer em junho do presente ano no Rio de Janeiro. Infelizmente, são os países mais pobres e periféricos que mais estão sofrendo e sofrerão as consequências do aquecimento global, particularmente na África.

- d) Em paralelo, temos um *uso abusivo de agrotóxicos e de produtos químicos em alimentos* (conservantes, adoçantes etc.), muitos deles *cancerígenos* e usados sem o devido controle, por influência dos interesses da indústria multinacional química. Isso se associa à difusão de uma *indústria de alimentos prontos, altamente calóricos e com níveis elevados de colesterol*, que, no contexto de um estilo de vida urbano cada vez mais sedentário, geram uma verdadeira *epidemia de câncer, obesidade mórbida, diabetes, hipertensão e suas diversas complicações em parcelas crescentes da população*, o que por sua vez sobrecarrega os sistemas públicos de saúde.
- e) Como vimos, o recente deslocamento do crescimento econômico acentuado e médio para países emergentes, tais como a China, Rússia, Índia e Brasil, não muda esse padrão global de acumulação e desenvolvimento, pois a tendência hegemônica é sua reprodução linear. A China em poucos anos atingirá o mais alto posto do *ranking* mundial, com uma economia capitalista que renova a produção de mais-valia via a superexploração de sua vasta força de trabalho, com nível muito baixo de cobertura de bem-estar social e direitos trabalhistas. Isso gera, no plano mais imediato, um nivelamento por baixo nos valores dos bens industrializados no mercado mundial, produzindo um processo de desindustrialização na maioria dos países do mundo que não tem condições de compensar este nível de exploração do trabalho com aumento da produtividade e/ou que não adota políticas de proteção à sua própria indústria.
- f) Esse padrão de mundialização econômica *quebra a capacidade de cada Estado-nação sustentar de forma mais autônoma políticas internas de infraestrutura e investimento*

social, inclusive pela crescente crise fiscal interna e endividamento externo. Este processo sem dúvida alguma está na raiz da já citada crise na maioria dos países da Comunidade Europeia, continente no qual mais se desenvolveu o padrão keynesiano de políticas universais de bem-estar social, o que vem gerando uma reversão significativa no nível e na qualidade da provisão social pública. Por sua vez, como indicamos acima, este contexto de crise econômica tem gerado nos principais países capitalistas centrais, os principais responsáveis até o momento pelo aquecimento global e pela crise ambiental em escala planetária, uma tendência ao adiamento e a não colocar como prioridade o enfrentamento do aquecimento global.

- g) Esta *crise do Estado e das políticas sociais é ainda mais grave no âmbito dos países periféricos*, que não chegaram a desenvolver políticas massivas e universais de bem-estar social, gerando indicadores crescentes de desemprego, pobreza e desassistência.
- h) Nesse contexto de *crise fiscal* do Estado e de redução de gastos públicos, a receita neoliberal vem apregoando a *privatização e terceirização de empresas e agências estatais*, que passam a ser apropriadas, geridas ou exploradas por *lógicas lucrativas de mercado*, ou pelo *repasse massivo da provisão direta de programas sociais ao chamado Terceiro Setor ou a empresas privadas*. Assim, no setor estatal, acentua-se a *instabilidade dos programas e serviços sociais*, bem como o processo de *precarização dos direitos do trabalho para seus servidores*.
- i) No *campo do trabalho*, houve mudanças significativas, que incluíram:

- acentuada *desregulamentação das relações de trabalho*, suspendendo ou diminuindo os direitos trabalhistas e sociais conquistados no passado, liberando e submetendo essas relações às forças cegas do mercado;
- significativa *segmentação do mercado de trabalho*, com uma *elite de trabalhadores com melhor qualificação e enriquecimento de tarefas*, em detrimento de um *amplo setor de trabalho informal (que no Brasil chega a quase metade da economia global do país), ou de assalariados com baixos rendimentos, geralmente terceirizados, com contratos instáveis e inseguros (precarização do trabalho)*. Isso acontece também entre os *profissionais da área pública*, gerando também uma forte instabilidade e colocando em risco a continuidade e qualidade dos programas sociais, como indicado acima;
- *desemprego estrutural e contínuo*, em proporções muito além das antigas crises conjunturais de emprego, dado o seu suporte em *tecnologias que absorvem cada vez menos força de trabalho*. Assim, as políticas e programas convencionais que buscam reduzir o desemprego, como ocorre por exemplo nos últimos anos no Brasil, têm um efeito secundário que apenas ameniza superficialmente uma tendência mais estrutural e hegemônica.

Isto implica um processo ainda mais agudo de inclusão via marginalização social, pois produz um contingente permanente e crescente de população e trabalhadores sobrando que nem sequer serão explorados em algum momento, sem direito a ter direitos, e que, por sua vez, geram uma demanda cada vez maior para os sistemas de seguridade social (previdência, saúde e assistência social).

1.2 Implicações da gestão neoliberal no campo das políticas sociais³

No campo das políticas sociais, as consequências da gestão neoliberal são:

- a) a estratégia anterior, do período pós Segunda Guerra Mundial, chamado de keynesiano, que nos países centrais gerou amplo investimento do Estado em infraestrutura e políticas sociais, foi substituída por um quadro de *crise fiscal permanente*, com forte *redução dos gastos e benefícios sociais*, e desmonte gradual ou selvagem das políticas nacionais de garantias sociais básicas;
- b) a perspectiva do período anterior, de universalização dos programas de seguridade social, educação, saúde e assistência, como direito associado à condição de cidadania, foi substituída pela *seletividade e focalização dos programas sociais* nos grupos sociais de maior risco e vulnerabilidade e pela desobrigação do estabelecimento de benefícios sociais básicos como direito de todos. No Brasil, o exemplo do atual programa Bolsa Família, que repassa pequenos recursos financeiros diretamente às famílias, apesar de seus méritos e efeitos positivos parciais, ainda constitui um programa focal, não universal, além de o tornar facilmente apropriado para fins clientelistas e políticos;
- c) houve uma transformação do padrão anterior, de *pluralismo institucional de bem-estar*, que comprometia as

3. Para aqueles que desejam maior contato com as fontes desta seção, indico os trabalhos de Boschetti *et al.*, 2009, 2010; Behring, 2009; Behring e Boschetti, 2006; Borgiani e Montaña, 1999; e Rezende e Cavalcanti, 2006.

instituições estatais e públicas com o bem-estar social com políticas universais e estáveis, *para uma fragmentação institucional*, que funciona à margem do direito, da regulação e da segurança social, por meio de:

- processos massivos de *terceirização e privatização de programas sociais*, com *hipertrofia do Terceiro Setor e das empresas privadas que atuam na área*, na maioria das vezes sem controle democrático adequado por parte da sociedade civil organizada;
- valorização de *velhas fórmulas de ajuda social, como a filantropia social e empresarial, a interpelação extremada e substitutiva das ações voluntárias e de solidariedade informal na família e na comunidade*.

Esse novo padrão acentua ainda mais a *descontinuidade, a fragmentação, a sobreposição, a desintegração institucional, e o caráter fundamentalmente paliativo e emergencial nos programas de seguridade social*, particularmente no campo da saúde e da assistência social.

1.3 Transformações demográficas recentes: o exemplo do Brasil⁴

O impacto das políticas neoliberais das últimas décadas vem configurando um quadro bastante sombrio de

4. Para os leitores interessados em ter acesso aos indicadores quantitativos indicados nesta seção, eles estão disponíveis nos dados divulgados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge), referentes aos resultados de Censo realizado em 2010 (<http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php>. Acesso em: jun. 2016). Para análises mais detalhadas por assuntos específicos, ver os artigos e publicações da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (<<http://www.abep.org.br>>. Acesso em: jun. 2016).

condições de vida e implicações sociais e psicossociais para os grupos sociais mais pauperizados, particularmente em países periféricos e no Brasil. Entretanto, sua compreensão, em toda a sua amplitude, requer antes traçar um quadro das principais tendências demográficas, algumas das quais de longo prazo e que se iniciaram antes mesmo da emergência do neoliberalismo.

Por se tratar de um processo caracterizado por significativas variações nacionais, as características da atual transição demográfica e das demais mudanças sociodemográficas relevantes serão abordadas por meio do exemplo brasileiro. Os estudiosos brasileiros desse campo vêm assinalando as seguintes tendências principais no país:

- a) *Aceleração da transição demográfica, com o aumento da expectativa de vida associada a uma diminuição da taxa de natalidade, com o consequente envelhecimento da população, com suas fortes implicações no campo da seguridade social, particularmente pelo aumento na prevalência de doenças crônico-degenerativas e da demanda por cuidado domiciliar informal, social formal em saúde e assistência social para a população idosa.*
- b) *Crescente participação da mulher no mercado de trabalho, com a diminuição da disponibilidade para provisão de cuidado informal dentro das famílias e na vizinhança, sem a devida compensação na cultura masculina relativa à produção de cuidados domésticos, gerando uma crescente demanda por serviços sociais, educacionais e de saúde.*
- c) *Diminuição da capacidade de os homens adultos atuarem como provedores de renda, sem mudanças significativas na divisão de gênero do trabalho doméstico, e do papel dos jovens constituírem fonte adicional de*

recursos, devido às altas taxas de desemprego, trabalho informal e migração. Neste sentido, no atual contexto, as unidades familiares extensas e compostas, que tradicionalmente tinham maiores possibilidades de gerar renda composta, tendem a apresentar um perfil mais elevado de vulnerabilidade social.

- d) *Maior diversidade de arranjos sexuais e domiciliares, novas tecnologias reprodutivas e de planejamento familiar, mudanças nos papéis de gênero e nas identidades sexuais, crescentes taxas de separação conjugal e de nascimentos fora das uniões. Os novos laços conjugais tendem a ser mais voláteis, gerando pouco compromisso com o parceiro e seus filhos, particularmente em situações que exigem investimento de longo prazo ou atenção/cuidado mais intensivo, reforçando as condições que geram situações de violência doméstica. Há um aumento significativo do número de famílias monoparentais lideradas e providas exclusivamente pela mulher, com médias elevadas do total de horas semanais de trabalho doméstico e trabalho produtivo. No Brasil, este tipo de arranjo domiciliar atinge hoje cerca de um terço do contingente de famílias, mas é ainda mais difuso nos grupos sociais populares. Por outro lado, não está havendo uma reversão nas identidades de gênero, o que poderia estimular os homens a assumirem o papel de cuidadores dentro da família de forma mais massiva e comprometida. Assim, neste contexto, mulheres e os poucos homens cuidadores tendem a ficar esgotados, sem tempo e disposição para investimento na educação dos filhos, particularmente quando eles exigem mais atenção, tolerância e investimento (por exemplo, na primeira infância e na adolescência). No Brasil, tais famílias tendem a apresentar maiores taxas de vulnerabilidade social e episódios de violência doméstica, agora já perpetrados também pelas mulheres. Em paralelo, há*

também um *crescimento significativo no número de pessoas que moram sozinhas (famílias unipessoais)*, particularmente de mulheres idosas, o que gera, em situações de fragilidade existencial, novas e crescentes demandas ao sistema de seguridade social.

- e) *Mudança no padrão de fecundidade e comportamento reprodutivo, com um aumento significativo na taxa de incidência de gravidez entre mulheres mais jovens e adolescentes. No caso destas últimas, a gravidez acontece em um estágio de vida ainda impróprio para a gestação, manutenção e educação de filhos, para o processo de desenvolvimento físico e psicológico dos próprios adolescentes e para a consolidação de uniões conjugais. Esta tendência tem implicações fundamentais no campo da vulnerabilidade e assistência social, da atenção materno-infantil, do planejamento familiar, da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e aids, da educação, da relação com o abuso de drogas etc. Felizmente, pelo menos no Brasil, esta tendência está sendo revertida gradualmente nos últimos anos.*

1.4 A dimensão política: uma rápida avaliação das lutas sociais e da esfera governamental no Brasil recente⁵

No contexto dos países do Cone Sul latino-americano, é possível dizer que as condições para históricas para a implementação de políticas sociais universais encontraram até

5. Para os interessados em fontes e referências sobre o assunto, sugiro as obras de Vasconcelos, 1989, 1999; Teixeira, 1992; Yamamoto, 2007; Arbex Jr. e Viana, 2006; Boron e Lechini, 2006; Leher e Setúbal, 2005; e Dagnino *et al.*, 2006.

a década de 1980 obstáculos estruturais de longo prazo, dada a sua posição de países periféricos na divisão internacional do trabalho. No entanto, nas décadas de 1960, 1970 e início dos anos de 1980, o ciclo das ditaduras militares acrescentou a esse processo estrutural o seu componente político, abortando qualquer movimento social popular de luta por democracia e políticas sociais voltadas para a maioria de suas populações. Na década de 1980, *as lutas por redemocratização e o fim dos regimes militares fizeram emergir as condições políticas para a implantação destas políticas sociais, mas já em pleno contexto histórico de crise do ciclo keynesiano e de políticas de reajuste neoliberal*, gerando inúmeras dificuldades para a sua consecução.

No Brasil, a luta por democracia gerou vários movimentos sociais e iniciativas que desaguaram na Constituição de 1988 e na construção do arcabouço jurídico e institucional para diversas políticas sociais de caráter universal. Vários desses movimentos foram se organizando e ocupando espaços no aparato estatal e na sociedade civil. De forma gradual, foram sendo implementados legislação, políticas e programas voltados para os interesses populares: o Sistema Único de Saúde (SUS), a partir do chamado movimento sanitário; o Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA); o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); o Estatuto do Idoso; o movimento social e as políticas em torno da aids; a reforma psiquiátrica, sustentada pelo movimento antimanicomial; bem como outros movimentos e conquistas ligados à vigilância sanitária, defesa do consumidor etc. Entretanto, também no Brasil, essa implementação, nas décadas de 1990 e 2000, vem encontrando todos os obstáculos impostos pela conjuntura neoliberal e particularmente pelas forças políticas que vêm governando o país.

A década de 1990 foi testemunha de governos que adotaram doutrinariamente o ideário neoliberal. A historiografia identificada com os interesses históricos das classes trabalhadoras do país avaliam com razoável consenso

que os governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso implementaram políticas e programas claros inspirados nesse ideário, e há uma vasta literatura publicada e referendada nessa direção. Nesse sentido, não há muito o que apresentar de novo sobre o tema. Entretanto, a avaliação sobre a década seguinte é mais complexa, e podemos partir de alguns indicadores sociais básicos.

Desde 2002, ou seja, desde o início da administração federal do Partido dos Trabalhadores, temos assistindo a uma pequena melhora no padrão de renda, nos índices de emprego e de alguns dos indicadores sociais, para um grupo significativo da população de baixa renda, que vem sendo incorporada ao consumo de massas. *O governo do Partido dos Trabalhadores, diante da crise internacional, vem fazendo, particularmente a partir da segunda metade da década, uma aposta de inspiração keynesiana e desenvolvimentista, de sustentar o crescimento econômico com base na ampliação do mercado interno, aumentando a capacidade de consumo das classes trabalhadoras.*

Contudo, esses indicadores têm ainda uma repercussão pouco significativa na estrutura do mercado informal de trabalho, que resiste e continua a atingir quase metade da força de trabalho no país. Outra dimensão do trabalho no país nos últimos anos tem sido a crescente desindustrialização, com baixo nível de investimento em infraestrutura e migração de empregos do setor produtivo para a área de serviços, já que o governo vem aceitando até recentemente com passividade a nova divisão internacional do trabalho marcada pela presença asiática, e permitido a entrada indiscriminada de produtos estrangeiros, principalmente chineses, a baixos preços. Adicionalmente, o déficit habitacional e o perfil de saneamento básico não tem assistido a mudanças significativas no mesmo período e, em algumas dimensões, tem se deteriorado. Por exemplo, entre 2001 e 2010, o número de pessoas vivendo em favelas quase dobrou em todo o país.

Além disso, a incapacidade política de realizar um processo efetivo de reforma agrária, com suporte técnico, social e de financiamento adequado, tem gerado um quadro de baixa absorção de mão de obra, de desocupação no campo e de crescente violência contra os líderes dos movimentos sociais de resistência, empurrando esses grupos populacionais para as periferias das cidades. Em paralelo, embora os índices absolutos de inserção de crianças na educação básica tenham crescido, os indicadores de aprendizagem e de evasão escolar não têm configurado melhoras significativas nas classes trabalhadoras, dado o subinvestimento e a baixa qualidade do ensino básico público no país. E finalmente, as áreas clássicas de segurança e bem-estar social, que poderiam atuar como um contrapeso à precarização dos vínculos do trabalho, tem sido alvo preferido de cortes orçamentários regulares nos últimos anos, e um exemplo inequívoco no país, sem dúvida alguma, está na área da saúde.

Na avaliação do cenário brasileiro recente, há também dimensões políticas fundamentais. A primeira, diz respeito à *institucionalização e cooptação dos movimentos sociais populares* nos governos do PT, que passam a atuar apenas nos canais permitidos pelo governo, se distanciando das lutas e dos interesses históricos da maioria de sua população. Este processo, somado ao *governo de coalizão com forças e partidos políticos conservadores na gestão governamental* em todos os níveis de atuação (federal, estadual e municipal), vem gerando um movimento maciço de despolitização do debate político sobre as mudanças em curso e sobre a gestão governamental. A isso se somam as perdas na dimensão ética na prática política. Desde o episódio chamado de “mensalão”, em 2005, ficou claro que *o partido e o governo absorveram os dispositivos mais deletérios a fim de angariar fundos para financiar a atividade partidária e político-institucional, via corrupção, ou têm feito alianças com outros grupos políticos e partidários mantidos no governo*, que são conhecidos por

este tipo de prática. Nas classes médias e nos demais setores mais esclarecidos da população, as expectativas de uma vida política mais ética se esvaneceram, difundindo uma desilusão com a própria política e a possibilidade de um projeto de vida social mais eticamente responsável.

2. *Impacto e implicações sociais e psicossociais das políticas neoliberais, tendo como pano de fundo as mudanças demográficas, no cenário brasileiro⁶*

Creio que agora temos os pré-requisitos e as condições necessárias para compreender melhor o impacto social e psicossocial das políticas neoliberais e das mudanças demográficas pelas quais o país atravessa. Podemos tentar resumir algumas das principais características deste quadro nos seguintes aspectos:

a) **Desemprego estrutural, precarização geral do trabalho e suas implicações psicossociais.**

O padrão mais geral que se esboça nas últimas décadas no Brasil é o *enorme contingente de desempregados ou com trabalho precário e informal*, bem como se estimula o *trabalho escravo* e o *trabalho infanto-juvenil*, na medida do desespero de muitas famílias e indivíduos, fazendo-os aceitarem qualquer fonte de

6. O leitor interessado no aprofundamento nos temas desta seção, deve procurar os seguintes trabalhos: Vasconcelos, 2008, 2010d; Seligmann-Silva, 1994; Soares, 2006; Mello, 2007; Schenker, 2008; Zaluar, 2004; Minayo e Souza, 2004; Briceño-León, 2003; Gonçalves, 2003; Abramo e Branco, 2005; Leite, 2008; Pellegrino, 1987; Machado, 1996; Figueiredo, 2006; Bauman, 2007; Lipovetsky, 2005; Sennet, 2006; Dufour, 2005.

renda. Para os que detêm emprego ou trabalho, se intensifica o ritmo e as exigências do trabalho ("vestir a camisa da empresa"), se deterioram as condições de trabalho e se generaliza o medo de perda do trabalho.

Esse perfil massivo e duradouro de ausência ou precarização do trabalho, acompanhado por baixo investimento e baixa qualidade das demais políticas sociais públicas universais, impedindo-as de funcionarem como contrapeso às condições precárias de trabalho, tem repercussões dramáticas do ponto de vista psicossocial para as classes populares, induzindo a estados e quadros de:

- **desamparo e depressão, particularmente após vários meses de ausência e de buscas infrutíferas de trabalho;**
- **desarticulação da perspectiva de futuro** através da dedicação ao trabalho e à carreira pessoal, e da esperança dos filhos e particularmente dos jovens terem uma vida melhor por meio do investimento de longo prazo na educação e formação para o trabalho.

Esse mesmo processo é complementado, em sua outra ponta, pelo *baixo investimento e qualidade precária do ensino público*, gerando sua incapacidade de servir como mecanismo efetivo para induzir mobilidade social para as classes populares, e, portanto, de também ajudar a sustentar esta perspectiva de futuro.

b) Aumento da criminalidade, do tráfico e do abuso de drogas, das milícias e da violência social:

A desesperança e a desarticulação da perspectiva de um futuro melhor abre o caminho, particularmente entre jovens homens desempregados de favelas e bairros periféricos de cidades médias e grandes, para sua *atração e mobilização pelo crime e pelo narcotráfico*. Para adolescentes e jovens, os processos psicossociais e culturais de identificação com lideranças e pessoas famosas da sociedade, quando os caminhos convencionais para atingi-los estão barrados, se deslocam para as lideranças locais do tráfico, que esbanjam poder, prestígio e prazeres imediatos. Essa mobilização de adolescente e jovens pelo narcotráfico gera um *aumento vertiginoso nos indicadores de violência e de mortes violentas e prematuras* nesse grupo etário.

Essa alta taxa de mortalidade não acontece apenas devido aos efeitos psíquicos e corporais do abuso de drogas, ou aos conflitos relacionados ao consumo e ao tráfico de drogas, ou da relação destes com a polícia, mas também por que *a violência física e o justicamento passaram a se constituir formas usuais de se resolver conflitos interpessoais corriqueiros* dentro das comunidades.

A entrada e difusão mais incisiva do *crack* e de drogas similares, no território brasileiro, na última década, vem deteriorando ainda mais esta situação.

Por outro lado, as *organizações criminosas passaram por uma enfática centralização*, com comandos únicos, liderando as ações até mesmo de dentro das prisões, e usando a violência contra a população civil como moeda de troca para concessões dentro dos presídios ou para vingar a ação policial contra as lideranças. Nesse quadro, um dado novo e recente tem sido a inclusão de mulheres em postos de liderança das organizações criminosas, como herdeiras de seus companheiros traficantes, quando mortos ou presos.

Em um quadro como este, *os espaços públicos urbanos são cada vez mais são vividos como perigosos, restringindo a troca social e o lazer*; há um *aumento significativo da incidência de quadros pós-traumáticos, psicossomáticos, de ansiedade e fobia social*, decorrentes

da exposição aguda ou regular a situações de violência, o que, por sua vez, tem um enorme impacto nos programas públicos de saúde mental.

Além disso, no Brasil, a ausência do Estado, de uma política de segurança mais adequada e de uma polícia bem equipada e bem remunerada tem gerado a proliferação de *milícias e organizações parapoliciais* como forma de tentar garantir a segurança territorial e de restringir a ação do tráfico de drogas. Contudo, apresentam padrões de relação com a população não só ilegais, mas também muito similares aos do narcotráfico, nas formas de gerar renda, de constranger e impor suas ordens sobre a população ou de explorar negócios escusos (tais como jogos de azar, linhas clandestinas de transporte de vans e de televisão a cabo etc.), bem como de realizar ações de violência com aqueles que não se submetem às suas ordens. Além disso, *as milícias e organizações parapoliciais representam um risco ético-político ainda maior, pela capacidade de gerar representação política e ocupar as câmaras de vereadores e as assembleias legislativas, bem como por aumentar ainda mais o descrédito no poder público.*

No Brasil, e particularmente na cidade do Rio de Janeiro, a política de *Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)* em favelas até então dominadas por grupos fortemente armados do narcotráfico, significa um avanço na reconquista do controle social e político de espaços urbanos e da violência, bem como de normalização da vida social e comunitária local. Entretanto, ainda deve ser acompanhada de políticas e serviços sociais e de cidadania de base local, tais como reurbanização e infraestrutura, escolas, unidades de saúde da família, centros de referência de assistência social, postos de documentação, regulamentação urbana e demais serviços jurídicos, locais e serviços para lazer, cultura e esporte etc. Há uma enorme dívida social a ser resgatada nessas comunidades. Além disso, a cobertura existente de UPPs é ainda restrita e

tende a exportar o tráfico para as demais áreas metropolitanas vizinhas e cidades do interior. Em terceiro lugar, as UPPs devem ser implementadas com medidas claras e de ampla visibilidade social de controle, contra os abusos e atos de violência por parte da própria polícia. E, finalmente, é preciso avaliar com realismo a reprodutibilidade desses programas em larga escala, pelo seu alto custo. A atual implementação do projeto nas áreas urbanas mais importantes e valorizadas do município do Rio de Janeiro só foi possível devido à realização próxima de grandes eventos, como uma olimpíada e uma copa mundial de futebol, o que tem gerado a drenagem de um alto volume de recursos para investimento urbanístico e social nas áreas de maior visibilidade da cidade.

c) Criminalização e estigmatização da questão social:

O aumento da violência, em função das questões listadas no tópico anterior, tem levado a uma *crescente criminalização e estigmatização da questão social, ou seja, o seu deslocamento para a esfera policial e penal*, dado que o seu enfrentamento tende a se dar apenas na tentativa de controle de seus efeitos terminais mais graves, tanto no foco das políticas quanto na sua forma. Neste campo, se destacam:

- o aumento da violência da polícia para com a população negra, favelada e pobre nas cidades, principalmente nos bairros periféricos e comunidades, bem como no campo;
- uma forte estigmatização social da população sobrando, com dificuldades de ser incluída no mercado de trabalho ou que apresenta idiossincrasias

existenciais e sociais (desempregados de longo prazo, pessoas em situação de rua, com transtorno mental, usuárias de álcool e drogas etc.);

- o aumento geométrico da população carcerária, em instituições superlotadas e com condições de vida degradantes, tanto para adolescentes com problemas com a lei como para adultos;
- o crescente número de revoltas dentro dos presídios, que, por sua vez, provoca uma espiral de crescente violência pela polícia para debelá-las.

De novo, as UPPs significam a abertura de novo papel da polícia junto às comunidades. Entretanto, a ausência de outros serviços e programas sociais locais, como supracitado, pode levar a uma centralização do poder social nos policiais, em um processo que deve e pode ser evitado.

d) Desarticulação comunitária:

Com o aumento das exigências de sobrevivência, ocorre o *multiemprego*, o aumento do número de horas extras e na taxa de trabalho informal, provocando uma diminuição da disponibilidade para atividades comunitárias e de cuidado informal dentro das casas. A busca de trabalho em outros locais gera *desterritorialização* e perda dos laços de vizinhança e amizade provocadas pelas constantes mudanças e migrações em busca de trabalho. A desarticulação das atividades comunitárias é também acelerada pelo aumento da violência em geral e particularmente pela ação dos grupos de narcotráfico, que intimidam ou mesmo eliminam lideranças comunitárias não subservientes aos seus interesses.

Aqui também, as UPPs podem ter um papel fundamental,

desde que sejam acompanhadas por uma política ativa de desenvolvimento da participação social e comunitária.

e) Precarização da função simbólica paterna e da estrutura familiar, e suas consequências:

Os variados e diferentes fatores identificados acima, a saber

- desemprego e precarização do trabalho masculino e feminino;
- crescente participação da mulher no mercado de trabalho, gerando sobretrabalho doméstico;
- a não reversão das identidades de gênero, de forma a estimular a produção de cuidado na esfera doméstica pelos homens;
- difusão do consumo abusivo de drogas;
- aumento do número de famílias monoparentais;
- enfraquecimento dos laços conjugais,

vêm gerando uma *diminuição da presença real paterna e materna na família*. Temos assim uma *precarização das funções materna* (maternagem, investimento e cuidado físico e emocional direto, garantindo o que Winnicott denominou de “mãe razoavelmente boa”, um pré-requisito fundamental para a saúde mental da criança e do futuro adolescente e adulto) e *paterna* (função de autoridade, de incorporação do sujeito humano ao universo da lei e da cultura). Isso fragiliza o potencial de socialização, de formação de valores e de contenção de impulsos agressivos na criança pelas famílias.

Essa precarização da estrutura familiar e das funções

materna e paterna poderia em tese ser compensada parcialmente por outras instituições sociais, culturais e educacionais promovidas pelo Estado ou difusas na sociedade civil: creches públicas integrais, educação integral, projetos de lazer, cultura e esportes, programas universais de saúde da família e de assistência social etc. Entretanto, *no atual quadro demográfico e de redução do investimento público no campo social, esta precarização não é compensada socialmente, no mesmo nível das perdas no circuito familiar.*

As implicações desse complexo processo são inúmeras:

- “pais esgotados” para investir tempo e para lidar com a educação e os problemas no dia a dia das crianças e adolescentes; maior dificuldade para colocar limites; diminuição da capacidade de as famílias proverem cuidado informal aos seus membros dependentes ou em situação de vulnerabilidade (idosos, doentes crônicos, deficientes etc.). Isso gera um *aumento dos casos de negligência, abandono, cárcere privado e violência doméstica, bem como aumenta a demanda por serviços públicos de cuidado social para estes grupos de pessoas;*
- *aumento da incidência de comportamentos antissociais, abuso de drogas e de criminalidade;*
- *violência doméstica: negligência; maus-tratos físicos, verbais e psicológicos; apropriações indébitas; violência sexual e pedofilia, incluindo, de forma crescente, também mães e madrastas no perfil dos autores de maus-tratos;*
- *aumento vertiginoso do número de pessoas em alto nível de risco social, exigindo medidas urgentes de proteção social e suporte legal;*
- *abandono ocasional ou permanente da casa da família*

como opção inevitável de sobrevivência e aumento do contingente de crianças, adolescentes e outros moradores em situação de rua, gerando mais perda dos laços relacionais, um dos componentes do processo de desfiliação social.

f) Aumento dos quadros mais agudos de inclusão pela marginalidade e desfiliação social:

Em primeiro lugar, temos o contingente de *crianças, adolescentes, jovens e adultos em conflito com a família e que acabam nas ruas*, já identificados no tópico anterior. Entretanto, a associação desses fatores com desemprego estrutural e com o crescimento do consumo/abuso de álcool e outras drogas tende a agudizar e alongar no tempo as situações de desfiliação relacional particularmente entre a população jovem. Como consequência, temos um aumento da violência social, do contingente de população em situação de rua, da taxa de mortalidade nesta faixa etária e da demanda por serviços sociais em geral e/ou em saúde, saúde mental e voltados para este grupo, incluindo os quadros de abuso de drogas.

g) Degradação ambiental, das condições sanitárias e da saúde pública:

Embora haja questões que atingem a humanidade e o planeta de forma indiscriminada (como o aquecimento global, a fragilização da camada de ozônio, a poluição do ar e dos rios, a diminuição das fontes de água potável), a *degradação ambiental atinge de forma mais acentuada os setores mais pauperizados da população*. O exemplo principal está na urbanização acelerada

sem a devida infraestrutura em saneamento básico, coleta de lixo, saúde preventiva e nutrição, bem como a invasão de áreas verdes, com a contaminação da população.

Assim, o perfil epidemiológico recente no país registra, além do *aumento esperado da incidência de doenças crônico-degenerativas*, também um *crescimento significativo das doenças infectocontagiosas*, como a dengue, a febre amarela, o mal de chagas, leishmaniose, tuberculose, amebíase, esquistossomose, malária, leptospirose etc.

Além disso, como já indicado, o *atual padrão de consumo alimentar, com ênfase em comidas supercalóricas, prontas e industrializadas*, com níveis descontrolados de conservantes, em um contexto de baixa atividade física, vem *aumentando vertiginosamente a incidência de obesidade mórbida, diabetes, hipertensão e suas variadas complicações*.

h) Novas formas de territorialização da inclusão pela marginalidade e difusão de uma cultura da indiferença:

Principalmente nos grandes e médios centros urbanos, exacerba-se a *cultura do individualismo e das formas mais frívolas de sociabilidade: indiferença, consumismo, culto do corpo, narcisismo e simulacros de sonhos, convivendo lado a lado com as formas mais agudas e inumanas de negligência e exclusão presentes nas próprias ruas das cidades*. As *novas estratégias de territorialização não exigem mais as velhas instituições totais* (colônias, abrigos, asilos psiquiátricos e de velhos, casas de órfãos, deficientes etc.) como forma de segregação, pois agora as ruas e calçadas das cidades constituem espaços abertos de exclusão, desfiliação e violência. A única exceção expressiva são as áreas turísticas, que são passíveis de programas de recolhimento involuntário

ou até mesmo de internações compulsórias. As fronteiras entre os dois mundos são redesenhadas pela construção de *novos espaços e formas seletivas de apartheid e bunkers sociais*, como nos condomínios de luxo, nos *shopping centers* e nos carros de luxo blindados, estes cada vez mais assemelhados, nos itens de segurança, a tanques de guerra.

i) Esgarçamento nos mecanismos psíquicos coletivos de reconhecimento da alteridade e reciprocidade, com emergência de focos dispersantes de barbárie e de demanda de gozo sem limites:

O conjunto de fatores identificados acima, tais como

- precarização das funções simbólicas materna e paterna;
- desarticulação da perspectiva de futuro;
- barbaridade das práticas societárias de inclusão pela marginalidade e negação da cidadania;
- convivência diária com a violência;
- exposição pública da corrupção e da impunidade na polícia e outras agências estatais,

provocam um recuo nas defesas individuais e coletivas contra impulsos delinquentiais, corroendo as noções básicas de reconhecimento da reciprocidade humana e da ética, estimulando *a emergência de focos de perversidade, barbárie e de demandas de se viver o gozo sem limites*.

Em tese, o pacto da cidadania sustenta o pacto psíquico interno em cada indivíduo: se sou reconhecido na

sociedade, se me protegem contra a violência e negligência e se me oferecem a perspectiva de um futuro melhor, eu posso adiar meus anseios de gozo, de viver o prazer imediato, para ter uma vida melhor no futuro, pela educação e trabalho. Na direção inversa, se há uma *regressão duradoura neste pacto da cidadania, particularmente quando atinge à criança e ao adolescente, se enfraquece este pacto psíquico interno*: há então a *irrupção dos impulsos delinquentiais* visando o gozo já, no presente, mesmo que custe o sofrimento para os outros e aumente a possibilidade de morte em pouco tempo. Os sinais mais escandalosos disso são:

- abuso de álcool e outras drogas;
- chacinas;
- assassinato como mecanismo cotidiano e sistemático de resolução de conflitos ou como estratégia de roubo;

Entretanto, o fenômeno se dispersa e difunde também em escalas diferenciadas em todo o tecido social, nas demais classes sociais, como:

- falta de consideração diária entre as pessoas na rua;
- desrespeito pelo espaço público, passível de se jogar lixo, se bloquear passagem de pedestre e carros, em deixar o cocô do animal de estimação na calçada etc.;
- busca de vantagens a qualquer custo;
- desacato no trânsito;
- dilapidação dos bens públicos;
- desrespeito dentro das famílias etc.

j) Expansão significativa do número de templos e adeptos de denominações religiosas carismáticas e pentecostais:

A interpretação do fenômeno é variada e polêmica entre os estudiosos do campo no Brasil, com fortes tendências iniciais a associá-lo à alienação social e política. Contudo, há outras correntes mais recentes que buscam ter uma visão mais complexa e compreensiva, “por dentro”, da sua crescente difusão atual. Embora não invalidem as análises centradas nos efeitos alienantes, estas últimas reconhecem que *estas denominações religiosas ofereceriam oportunidades em suporte pessoal, social e em saúde/saúde mental que não estão facilmente disponíveis nos serviços públicos seculares*. Além disso, do ponto de vista subjetivo, ofertariam, particularmente para os grupos sociais mais atingidos pela crise atual, motivações simbólicas, rigidez moral, intensidade emocional e mecanismos psicológicos de defesa mais compatíveis com o grau de mobilização subjetiva necessária para:

- reconhecer e submeter ritual e simbolicamente, mesmo que de forma reducionista, as forças “malignas” que atormentam as pessoas;
- confrontar o esgarçamento moral e ético supracitado;
- resistir ao atual quadro generalizado de miséria, desemprego, desesperança, deterioração pessoal, familiar e comunitária;
- evitar, suportar, reorientar ou eventualmente sair de situações fortemente dramáticas de vida (o “fundo do poço”), como carreiras pessoais de crime e abuso de álcool e drogas, convívio regular com a violência e doenças, busca de recanalizar a sexualidade para o casamento, de reinvestir e cuidar da família etc.

- representar uma estratégia concreta de se recriar uma vida pessoal, familiar e comunitária que seja respeitada pelo tráfico de drogas.

Sem dúvida alguma, esse tema é altamente polêmico e exige investigação mais aprofundada, de diversos pontos de vista, e um debate respeitoso e aberto de seus resultados e de sua significação social e psicossocial.

3. *Processos e movimentos de resistência na América Latina e no Brasil*⁷

O quadro conjuntural montado nas seções anteriores revela um cenário claramente desfavorável aos interesses históricos das classes populares em escala mundial e com ênfase particular no Brasil. Entretanto, esse quadro não acontece sem fissuras, contradições e reações, que embora ainda não apontem para mudanças significativas, configuram uma busca de caminhos alternativos ao projeto neoliberal e suas consequências sociais, bem como aos desafios ambientais do planeta. Neste quadro, podemos apontar alguns movimentos e processos importantes.

a) *A luta e a resistência por políticas sociais públicas e universais no Brasil:*

Vimos anteriormente que no Brasil, na década de 1980, a luta por democracia gerou vários movimentos sociais

7. Para aprofundamento sobre este tópico, indicamos os trabalhos dos seguintes autores: Vasconcelos, 2010d; Lobato e Fleury, 2010; Gohn, 2003; Harvey, 2006; Boron e Lechini, 2006; e Leher e Setúbal, 2005.

e iniciativas que desaguaram na Constituição de 1988 e na construção do arcabouço jurídico e institucional para diversas políticas sociais de caráter público e universal. Entretanto, no Brasil, a sua implementação, nas décadas de 1990 e 2000, vem encontrando todas as limitações e obstáculos impostos pela conjuntura neoliberal, pelas características políticas dos governos no poder, no plano federal, estadual e municipal, e pela própria institucionalização dos movimentos sociais populares que impulsionavam os seus projetos.

Mesmo assim, essa luta continua viva, com momentos de fluxo e refluxo, implicando movimentos de resistência e, em alguns casos, conquistas parciais. Nos últimos anos, há algumas articulações importantes em áreas específicas de política social, particularmente de trabalhadores e servidores destas políticas, ou de setores mais críticos dos movimentos sociais prévios da área, que estão se mobilizando para tentar resistir às políticas inspiradas no ideário neoliberal. Um exemplo recente são os fóruns de saúde, que lutam por “um Sistema Único de Saúde (SUS) público, estatal, gratuito e de qualidade”, hoje com núcleos ativos em várias capitais do país, e que centram suas iniciativas principalmente na luta contra a privatização crescente de serviços e da gestão dentro do SUS.

b) *Articulações internacionais recentes de movimentos sociais:*

Na década de 2000, a realização dos encontros do Fórum Social Mundial mostrou a possibilidade de articulação de lutas setoriais em escala global, respeitando-se a complexidade e diversidade das diversas questões sociais, políticas e ambientais, ainda que de forma gradual e sem uma plataforma unificada de bandeiras e lutas. Em paralelo, o desenvolvimento de redes sociais na internet tem permitido a articulação muito

rápida de eventos e manifestações. O movimento Occupy Wall Street, que se iniciou nos Estados Unidos em 2011 e se espalhou por vários países da Europa, é um exemplo vivo desse processo. A Primavera Árabe também demonstra isso e tem sido mais eficaz, promovendo a derrubada de regimes políticos autoritários consolidados em décadas de existência.

Entretanto, os ganhos efetivos dessas articulações em escala mundial ainda são pequenos e pontuais, ou apenas em setores específicos, sem gerar um bloco mais efetivo de contraposição ao atual modelo de desenvolvimento econômico e social, bem como de enfrentamento ao desastre ambiental em escala planetária.

c) A emergência de movimentos políticos e governos latino-americanos de esquerda:

Em países como Venezuela, Equador, Bolívia e Nicarágua, além do exemplo histórico de Cuba, assistimos à emergência nos últimos anos de movimentos políticos e governos que, apesar de todas as suas contradições e limitações no campo político e democrático, significam novos espaços para a organização popular e de desenvolvimento de projetos econômicos e sociais voltados para a maioria de suas populações, bem como de possibilidades de articulações geopolíticas regionais capazes de exercer algumas formas de contraposição à atual ordem hegemônica mundial, mesmo que de alcance ainda muito limitado.

d) Organização e radicalização de movimentos sociais de grupos incluídos através da marginalidade:

No Brasil e em outros países da América Latina,

assistimos a um processo acentuado de institucionalização do movimento sindical e dos movimentos sociais populares mais convencionais. Entretanto, na direção contrária, somos testemunhas da emergência e radicalização dos movimentos de grupos sociais incluídos via marginalidade: trabalhadores sem-terra, indígenas nas áreas rurais e florestas e trabalhadores sem-teto nas grandes cidades. Portanto, é interessante notar que o aprofundamento desse tipo de inclusão social vem gerando forte oposição de movimentos sociais ativos, em setores sociais de reduzida importância econômica para a acumulação capitalista, e que normalmente não tinham tradição de articulação política e organização disciplinada.

e) Organização e difusão de projetos redes de economia e colaboração solidária:

Nos últimos anos, particularmente com a difusão da internet, vem se ampliando as redes solidárias de produção e consumo de bens, serviços e tecnologias sustentáveis, de ações educativas, culturais, e políticas, em projetos autônomos ou incluindo reivindicações ao ou ações do Estado, e articulando organizações não governamentais, movimentos sociais, grupos étnicos e sociais excluídos, movidos por motivações ético-políticas e não econômicas. Esse movimento tem enorme importância na implementação de projetos de geração de renda e trabalho, como estratégia de curto e médio prazos, enquanto as condições estruturais para mudanças mais significativas não emergem, possibilitando esforços de maior longo alcance para novos projetos históricos e políticas de desenvolvimento mais adequadas do ponto de vista tecnológico, econômico, social e ambiental.

Assim, enquanto não se muda de forma mais substantiva a atual política econômica, social e tecnológica mundial,

essas redes constituem um embrião importante de projetos que poderão ter uma escala muito maior em um futuro mais favorável aos interesses populares.

Considerações finais

A visão da realidade mundial e particularmente brasileira apresentada aqui não é otimista: o quadro atual é grave, de longa duração, e seu reconhecimento é importante para estimular nossa indignação e buscar redirecionar criticamente nossa avaliação do contexto mais geral em que vivemos, bem como nossas ações na vida social, nas políticas sociais e em nossa formação e prática profissional. A atual difusão do *crack* no país se mostrou um combustível para acelerar ainda mais a gravidade da realidade e os desafios para enfrentá-la.

Em conjunturas como essas, torna-se necessário ampliar o enfoque do nosso olhar. Nesses ciclos históricos de longa duração, devemos desenvolver a paciência histórica e reconhecer a impossibilidade de mudanças mais amplas, significativas e estruturais no curto prazo, e, portanto, a necessidade de combinar estratégias de resistência de curto com aquelas de longo prazo, de ir tateando e identificando as brechas e os sinais que apontam para os projetos que poderão ser ampliados quando novas condições históricas sem mostrarem no horizonte.

Em paralelo, do ponto de vista existencial, cabe-nos construir uma nova perspectiva ética também de longo prazo. Em contextos como esse, é fundamental compreender e aprofundar formas de compromisso político, profissional e pessoal para toda uma vida, como expressão de uma compaixão mais autêntica pela humanidade e pelo planeta, que hoje nos apelam para uma visada mais longa, que nos movam

ainda hoje, mas com os olhos capazes de imaginar as pessoas, as gerações e o ambiente do futuro que, como pessoas presas sempre no presente, nem mesmo iremos conhecer.

Além disso, é importante frisar que reconhecer a gravidade da conjuntura desfavorável não implica, mesmo no presente, desânimo e paralisia. Em primeiro lugar, porque essa perspectiva de análise busca exatamente evitar o desinvestimento maciço na militância social, quando desavisados mobilizamos todos os nossos impulsos heroicos para objetivos de curto prazo, gerando alta expectativa dos resultados e muita frustração logo nas primeiras e inevitáveis derrotas. Em segundo lugar, porque, pelo menos no plano local e regional, há um enorme espaço de criatividade e de inovação, pois as abordagens e os dispositivos voltados para os problemas psicossociais que indicamos, com ênfase no *crack*, estão em processo intenso de invenção e renovação. Esses novos projetos-piloto e dispositivos certamente poderão se consolidar em uma escala mais reduzida, gerar efeito de demonstração e ser expandidos em momentos mais favoráveis no futuro. Além disso, mesmo em conjunturas macrossociais sombrias, há sempre a possibilidade de conflitos e processos de resistência (movimentos sociais e lutas de denúncias, de objetivos parciais ou por melhores condições de trabalho), como aqueles que identificamos aqui, nos quais podemos participar. É preciso não nos esquecermos também que as condições e os campos de atuação política variam muito em um sistema de políticas sociais descentralizado e municipalizado, permitindo que, em determinados contextos institucionais específicos, ou locais e estaduais particulares, se abra importantes espaços de luta e experimentação de novos serviços e programas.

Para concluir, estamos convidando o leitor a um esforço de manter a chama ética da compaixão e da luta, em contextos difíceis como o nosso, pelo cultivo de algo usualmente pouco lembrado no ambiente universitário e político, e que é simples e ao mesmo tempo complexo: nada mais, nada menos, que a

sabedoria dos velhos sábios e homens vividos, para além da *hybris* heroica dos jovens impulsivos, como os gregos a chamavam. Na mitologia grega, a estória de Ícaro e Dédalo, seu pai, ilustra bem o que quero dizer. Presos em uma ilha no meio do oceano, o pai, um artesão experimentado e sábio, sugere construir asas nos braços, com penas de gaivotas coladas com cera de abelha, os materiais disponíveis naquelas condições insólitas em que se encontravam, e voar até o continente. Entretanto, alerta Ícaro para que evite o entusiasmo dos voos altos, pois assim se distancia do frescor do oceano e se provoca o derretimento da cera e a soltura das penas. Sabemos o final do mito: Ícaro, embevecido pela sua capacidade de voar, vai cada vez mais alto e, perdendo suas asas, cai no oceano e morre. O velho Dédalo, mais sábio, voa baixo e consegue superar a longa distância que o separava do continente.

A meu ver, em tempos sombrios, para seus necessários longos percursos, precisamos mais de Dédalos do que de Ícaros.

Rio de Janeiro, maio de 2012

Referências

ABRAMO, H. & MARTONI B. P. (orgs.) *Retratos da juventude brasileira, análises de uma pesquisa nacional*. Porto Alegre, Editora Fundação Perseu, 2005.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*, São Paulo, Boitempo, 1999.

_____. *Adeus ao trabalho?*. São Paulo, Cortez/Editora Unicamp, 2000.

_____. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2006.

ARBEX, J. & VIANA, N. (orgs.) *É preciso coragem para mudar o Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

BARBIER, G. & FARRACHI, A. *La société cancérogène*. Paris, Éditions de La Martinière, 2007.

BAUMAN, Z. *Vida líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007.

BEHRING, E. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo, Cortez, 2009.

BEHRING, E. & BOSCHETTI, I. *Política social: fundamento e história*. São Paulo, Cortez, 2006.

BORGIANI, E. & MONTAÑO, C. (orgs.) *La política social hoy*. São Paulo, Cortez, 1999.

BORON, A. & LECHINI, G. (orgs.) *Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico*. Buenos Aires, Clacso, 2006.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; SANTOS, S. & MIOTO, R. (orgs.) *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo, Cortez, 2009.

_____. *Capitalismo em crise: política social e direitos*, São Paulo, Cortez, 2010.

BRICEÑO-LEÓN, R. (org.) *Violencia, sociedad y justicia en América Latina*. Buenos Aires, Clacso, 2002.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

_____. *A mundialização financeira*. São Paulo, Xamã, 1998.